

## **Além dos Tijolos e do Cimento: Mulheres, Liderança e a Construção de um Território Coletivo na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara em Paçandu/PR**

### **Autoria**

Daniela Barbosa Sousa - pg56136@uem.br

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPA / UEM - Universidade Estadual de Maringá

Priscilla Borgonhoni Chagas - priscillabchagas@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPA / UEM - Universidade Estadual de Maringá

### **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é compreender como a liderança feminina na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paçandu/PR, contribui para a formação de um território coletivo. A luta por moradia revela demandas invisibilizadas das mulheres em diferentes esferas do cotidiano, destacando a importância de considerar seus direitos em todas as áreas. Este artigo fundamenta-se em reflexões sobre o território e movimentos sociais, de modo a corroborar com a discussão sobre a luta das mulheres por moradia em ocupações urbanas. O estudo, de natureza qualitativa-descritiva, baseia-se em entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres líderes na ocupação. A análise interpretativa dos dados mostra que essas mulheres desempenham um papel crucial na formação do território coletivo, participando e atuando ativamente do processo de efetivação da produção social, pegando em enxadas e limpando o espaço, como também assumindo cargos de liderança, como coordenação de torre, portaria e limpeza. Evidencia-se o surgimento de espaços a partir de suas iniciativas e ideais que materializam suas demandas e evocam sua existência no território. Suas iniciativas criam espaços que materializam suas demandas e reforçam sua presença no território, evidenciando o empoderamento feminino em movimentos sociais urbanos.

## **Além dos Tijolos e do Cimento: Mulheres, Liderança e a Construção de um Território Coletivo na Ocupação Urbana Dom Helder Câmara em Paçandu/PR**

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é compreender como a liderança feminina na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paçandu/PR, contribui para a formação de um território coletivo. A luta por moradia revela demandas invisibilizadas das mulheres em diferentes esferas do cotidiano, destacando a importância de considerar seus direitos em todas as áreas. Este artigo fundamenta-se em reflexões sobre o território e movimentos sociais, de modo a corroborar com a discussão sobre a luta das mulheres por moradia em ocupações urbanas. O estudo, de natureza qualitativa-descritiva, baseia-se em entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres líderes na ocupação. A análise interpretativa dos dados mostra que essas mulheres desempenham um papel crucial na formação do território coletivo, participando e atuando ativamente do processo de efetivação da produção social, pegando em enxadas e limpando o espaço, como também assumindo cargos de liderança, como coordenação de torre, portaria e limpeza. Evidencia-se o surgimento de espaços a partir de suas iniciativas e ideais que materializam suas demandas e evocam sua existência no território. Suas iniciativas criam espaços que materializam suas demandas e reforçam sua presença no território, evidenciando o empoderamento feminino em movimentos sociais urbanos.

**Palavras-Chave:** Mulheres. Território Coletivo. Ocupação Urbana. Movimentos Sociais. Moradia.

### **Introdução**

O Censo de 2022, divulgado em Outubro/2024, que das 72,5 milhões de unidades domésticas do Brasil, 49,1% tinham responsáveis do sexo feminino, sendo que em 10 Estados brasileiros esse percentual foi maior que 50% (IBGE, 2022). A pesquisa sobre déficit habitacional, realizada pela Fundação João Pinheiro (2024), evidenciou que no Brasil, a mulher, hoje, é a principal responsável pelo domicílio, estando a frente em todas as regiões e em todos os componentes de análise de inadequação habitacional, com destaque para o ônus excessivo com o aluguel urbano. Em números, o indicador geral do déficit habitacional, aponta que 3,89 milhões de domicílios possuem uma mulher responsável (62,6%) (FJP, 2024). Esses dados chamam atenção e destacam a nova configuração social dos lares brasileiros, no entanto questiona-se: como são essas unidades domiciliares? onde são localizadas? Qual tem sido o “sacrifício” da mulher ao ocupar esse ranking? Há algum trunfo para a mulher?

A criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, teve o intuito de lidar com o déficit habitacional, por meio da articulação da relação entre cidade e perspectiva de gênero, com base no “art. 35 da Lei nº 11.977/2009 do PMCMV simboliza o acesso à propriedade por parte das mulheres, dando-lhes maior autonomia e empoderamento, já que ele prioriza a titularidade da mulher” (Cota, 2021, p. 90). No entanto, uma das principais críticas ao PMCMV é a localização dos empreendimentos, pois é distante de áreas com infraestrutura urbana (Cota, 2021). Aspecto que impacta diretamente a qualidade de vida da mulher na cidade, pois o acesso à moradia, é o que faz valer o direito à cidade, visto que “quando garante o direito de moradia em tudo que se compreende dentro deste, como alimentação, saúde, educação, segurança etc.” (Alfonsin, 2021, p. 196).

No entanto, as cidades brasileiras são marcadas “pelo silêncio e pela invisibilização das mulheres como protagonistas” (Cota, 2021, p. 24), evidenciado no dia a dia, por exemplo,

nas ruas planejadas para os carros e não para os pedestres; os salários das mulheres são inferiores, em comparação ao salário dos homens; o aluguel ou aquisição de moradia próxima ao trabalho, geralmente nos centros urbanos, tem alto custo; se tem filhos, a localização das escolas e creches não é privilegiado em relação ao trabalho ou mesmo o horário; elas, ainda, são as responsáveis pela manutenção do lar, sem mencionar que muitas sofrem violência pelo companheiro (Helene, 2019; Andrade; Nunes, 2020; Casimiro, 2021, Veloso, 2017).

Dessa forma, a presença feminina em ocupações urbanas tem se tornado uma alternativa de fuga, luta, resistência e empoderamento. Segundo Helene (2019, p. 964), as ocupações urbanas tornam-se “um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política.” A ocupação urbana Dom Helder Câmara, localizada em Paiçandu/PR, é uma tentativa de concretizar o direito à cidade defendido por Harvey (2014, p. 28), como “um direito de mudar e reinventar a cidade [...] uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo”.

A ocupação urbana Dom Hélder Câmara ocorreu em 05 de janeiro de 2023, em virtude do abandono há 9 anos de um conjunto habitacional, com seis prédios inacabados, formados por 40 apartamentos, totalizando 240 unidades habitacionais. A maioria dos residentes são mulheres (67%), sendo a maioria chefes do lar (77%) (Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, 2024). Ainda que não seja uma ocupação exclusivamente feminina, muitas mulheres exercem cargos de liderança, como portaria, secretaria, limpeza e pastoral. Esse aspecto impacta a forma como os moradores se organizam e a tomada de decisões, sempre zelando pelo bem-estar das mulheres.

O estudo da luta por moradia por meio das ocupações urbanas, evidenciam as relações de poder existentes na cidade e o modo como os cidadãos subsistem nesse meio, é consequência da capacidade das pessoas em transformar seu espaço social, atribuindo a ele significados e valores relativos a aspectos políticos, simbólicos, ideológicos, culturais e afetivos. Assim sendo, o território coletivo das ocupações compõem-se em essência da tradução de necessidades particulares em universais (Santos Junior, 2021), no qual é possível desenvolver territorialidades, através das vivências coletivas, estabelecidas nesse espaço apropriado e vivido.

Portanto, os Estudos Organizacionais ao abordar a temática da moradia e das ocupações urbanas, busca-se “o entendimento da dinâmica urbana também é uma forma de compreender a sociedade e as formas pelas quais ela se organiza” (Saraiva, 2024, p. 10). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender como a liderança feminina na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR, contribui para a formação de um território coletivo. Para isso o artigo está dividido em sete partes além da introdução. Inicialmente serão apresentadas perspectivas sobre territórios de resistência e formação coletiva; panorama do déficit habitacional no Brasil; e a luta das mulheres por moradia em ocupações urbanas; seguido pelos procedimentos metodológicos da pesquisa. Por fim, a exposição dos dados segue nos tópicos Territorialidades e a reprodução do espaço urbano e, Liderança Feminina e a Construção de identidade coletiva; seguidas pelas considerações finais da pesquisa.

## **TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO COLETIVA**

Tendo em vista que o poder é elemento fundamental na construção de um território, é possível afirmar que este é a materialização do poder. Raffestin (1993, p. 144), um dos principais geógrafos que estudou sobre o tema, afirma que com base nas relações que se estabelecem no território, surge o “campo de poder”, no qual “um ator manifesta a intenção de dele [o campo] se apoderar.” Ao pensarmos no contexto da cidade, por exemplo, os

agentes sociais, são os grandes responsáveis por essa movimentação de apropriação do espaço, principalmente visando a obtenção de lucro.

Assim, ao observar a vida cotidiana, principalmente na cidade, observa-se em seu múltiplo território, as desigualdades e disputas pela apropriação “da habitação, do solo urbano, dos bens coletivos e demais serviços urbanos” (Santos Junior, 2021, p.17). Como também notam-se “realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais”. É a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências cotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente” (Souza, 2010, p. 67). Compreende-se, então, o território como fruto das relações sociais marcadas por conflitos e contradições, que constitui-se, também, na autonomia coletiva, nos territórios ignorados, dissidentes e emancipatórios. Tendo em conta que “os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra) poderes e desenvolvem contra(projetos)” (Souza, 2010, p. 26). Dessa forma, o poder atua *por meio* do espaço, como forma de resistência, exercida na territorialização que é expressa e “escancarada” na ocupação do território (Souza, 2010).

A apropriação do espaço corresponde ao constante movimento humano de elaboração do seu território e transformação do mesmo. Entende-se, então, a territorialização como resultado dos processos sociais, “sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária através das identidades” (Saquet, 2009, p. 83). Logo, na territorialização, observam-se, ainda, características ligadas ao sentido de pertencimento atribuído àquele espaço, aos vínculos ali estabelecidos por meio das relações sociais (Haesbaert, 2004; Picheth; Chagas, 2018). Guarnieri, Chagas e Vieira (2018, p. 66), compreendem a territorialização a partir do cotidiano, considerando-o como “espaço construído e praticado, que se percebem as manifestações de dominação e apropriação.” Nesse sentido, a territorialização é um processo, que se dá pela apropriação, ressignificação e produção, que por sua vez é fruto de uma prática social (Saraiva, Carrieri, Soares, 2014).

Costa Junior, Chagas e Oliveira (2022, p. 180), corroboram ao afirmar que a territorialização “a partir de diferentes ‘artes de fazer’ cotidianas infere na territorialidade”. Logo a territorialidade é resultante das relações cotidianas dos sujeitos sociais no território, que por sua vez “reflete distintos aspectos do que é vivido em um dado território pelos membros de uma coletividade” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 104). Essa territorialidade quando afirmada em um espaço físico, rememora aspectos de pertencimento, constituída de “uma totalidade de relações biossociais em interação” (Raffestin, 1993, p. 161).

Dessa forma, os indivíduos vinculam-se à aquele território politizado, por meio da identidade, “de um lado, objetivações brotando de indivíduos isolados ou em coletividade, e, de outro subjetividades emergindo do lugar, um processo em que se escrevem histórias, ficam-se estacas” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 105). Diante disso, território e identidade se relacionam, ao “situar a noção de quem se é em um espaço específico, disputado por distintos atores e sujeito a múltiplas influências” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014, p. 106). A territorialidade e a identidade, conforme Saquet (2007, p. 72), exercem uma relação de reciprocidade, onde “uma condiciona a constituição da outra e se concretiza de maneira histórica e multiescalar” (Saquet, 2007, p. 72), como também dão consciência ao indivíduo ou grupo social sobre seu espaço de vida. Em suma, o território é “fruto e condição ele mesmo da territorialização [...] é substantivado por territorialidades, ou, por obras e relações, formas e conteúdos” (Saquet, 2005, p. 13885).

Esses territórios, muitas vezes, são as ocupações urbanas, organizadas por grupos em vulnerabilidade social que buscam suprir suas necessidades, por meio da ação direta, que nesse caso, pode ter o intuito de atacar ou pressionar o Estado (Souza, 2010). Por exemplo, os movimentos sociais, “constroem suas identidades fortemente sobre a base de práticas de territorialização ou, mais amplamente, de práticas espaciais insurgentes” (Souza, 2010, p. 32). Os movimentos sociais são importantes organizações coletivas que mediam a tradução

de necessidades particulares e as transformam em universais (Santos Junior, 2021), por meio da coletividade evocada e instituída por meio da luta por moradia, por exemplo.

A formação coletiva dos territórios de resistência surge como uma característica dos movimentos sociais ao possuírem, em sua maioria, “uma dimensão político-pedagógica extremamente importante, em que a participação ajuda a ampliar a consciência das pessoas em relação aos seus direitos como cidadãos e, em especial, ao seu *direito à cidade*” (Souza; Rodrigues, 2004, p. 93). Gohn (2011, p. 334), complementa que esse caráter pedagógico advém de duas maneiras: 1. pela “interação dos movimentos em contato com instituições educacionais”; 2. “no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações.” A autora, aponta que por lutarem contra a exclusão social e promoverem a inclusão e justiça social, desenvolvem assim, o empoderamento da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo que “projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”, onde “aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (Gohn, 2011, p. 336).

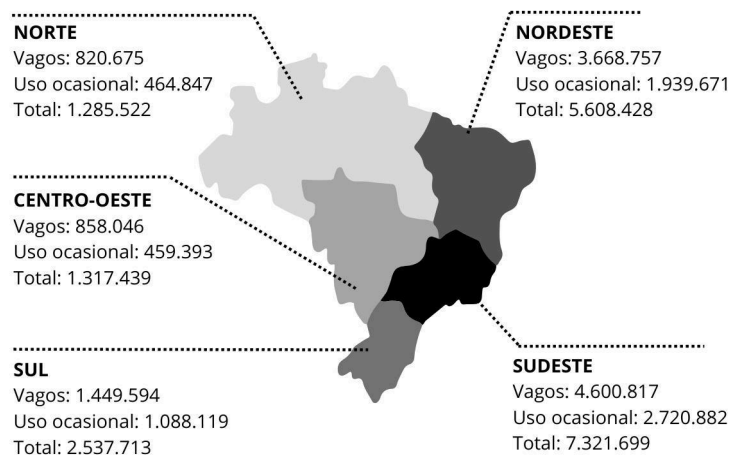
Muitas das lutas dos movimentos sociais evocam a práticas do fazer-comum (Tonucci Filho, 2017) uma organização socioespacial ou território autônomo, capaz de autogerir-se e autogovernar-se (Souza, 2009). Tendo em conta o comum como “bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas do fazer-comum, isto é, um conjunto de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade” (Tonucci Filho; Cruz, 2019, p. 488). Tais práticas transcendem as relações público/privado, Estado/mercado, e impõe uma perspectiva de relações sociais inclusivas. O comum surge nas vias alternativas de elaborar a vida, tanto em seu aspecto ligado à produção como a reprodução “sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade” (Tonucci Filho, 2017, p. 143).

## UM PANORAMA DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

O relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, em 2020, demonstrou que o Brasil possuía cerca de 33 milhões de pessoas sem moradia (ONU, 2020). Segundo o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, dos 90 milhões de domicílios no país, 11,3 milhões estão vagos e 6,7 milhões estão em situação de uso ocasional, o que corresponde a 18 milhões de casas não ocupadas no país (IBGE, 2022), conforme a figura 1, a seguir. Dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), apontavam que, em 2019, o déficit habitacional<sup>1</sup> no Brasil era de 5,9 milhões de domicílios. Em 2022, o déficit habitacional totalizou 6 milhões de domicílios; em comparação com 2019 houve um aumento de 4,2% no total de déficit de domicílios (FJP, 2024).

---

<sup>1</sup> “Busca estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Déficit e inadequação habitacional podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece. [...] O déficit habitacional total se dá pela soma de cinco (sub)componentes: (i) domicílios rústicos; (ii) domicílios improvisados; (iii) unidades domésticas conviventes déficit; (iv) domicílios identificados como cômodos; e, (v) domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano” (FJP, 2021, p. 2,8)

**Figura 1 - Total de domicílios não ocupados no Brasil**

Fonte: IBGE (2022).

Esses dados corroboram para colocar a luta por moradia como eixo central nas pautas dos movimentos sociais pelo Brasil. Um reflexo de que as “cidades brasileiras são, de modo geral, carentes de moradias dignas e de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos que propiciem boas condições de vida a todos os seus habitantes (Ipea, 2024).

Pois, apesar dos avanços das políticas habitacionais, percebe-se que não foram suficientes e efetivas em sanar as demandas por moradia, sobretudo da população em vulnerabilidade social, “a inércia institucional e as disputas políticas entre os diversos agentes produtores do espaço não permitiram uma eficiência das políticas urbanas almeçadas” (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021, p. 1171). O PMCMV, apresenta problemas como: baixa qualidade edilícia, alto valor do financiamento e o principal deles diz respeito à localização periférica, longe dos centros e dos equipamentos urbanos: escola, estabelecimentos de saúde, lazer e trabalho.

Assim, o estudo da luta por moradia por meio das ocupações urbanas, evidenciam as relações de poder existentes na cidade e o modo como os cidadãos subsistem nesse meio, é consequência da capacidade das pessoas em transformar seu espaço social, atribuindo a ele significados e valores relativos a aspectos políticos, simbólicos, ideológicos, culturais e afetivos. Lima (2022) argumenta que “os ocupantes são, ao mesmo tempo, vítimas da força hegemônica estatal e protagonistas de sua própria luta,” remetendo inclusive a uma ressignificação tanto do espaço como de suas histórias de vida. Apesar da realidade dos movimentos sociais por moradia no Brasil ser grave, esse cenário piora quando se analisa o perfil dos ocupantes, pois a maioria são mulheres. Fato que coloca em evidência a discussão sobre gênero a partir das políticas habitacionais brasileiras, a qual será explanada na seção a seguir.

## A LUTA DAS MULHERES POR MORADIA EM OCUPAÇÕES URBANAS

A pesquisa sobre déficit habitacional, realizada pela Fundação João Pinheiro (2024), evidenciou que no Brasil, a mulher, hoje, é a principal responsável pelo domicílio, estando a frente em todas as regiões e em todos os componentes de análise de inadequação habitacional, com destaque para o ônus excessivo com o aluguel urbano. Em números, o indicador geral do déficit habitacional, aponta que 3,89 milhões de domicílios possuem uma mulher responsável (62,6%), enquanto 2,31 milhões têm como responsável um homem (37,2%) (FJP, 2024), conforme a Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1 - Déficit habitacional por sexo do responsável pelo domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil – 2022**

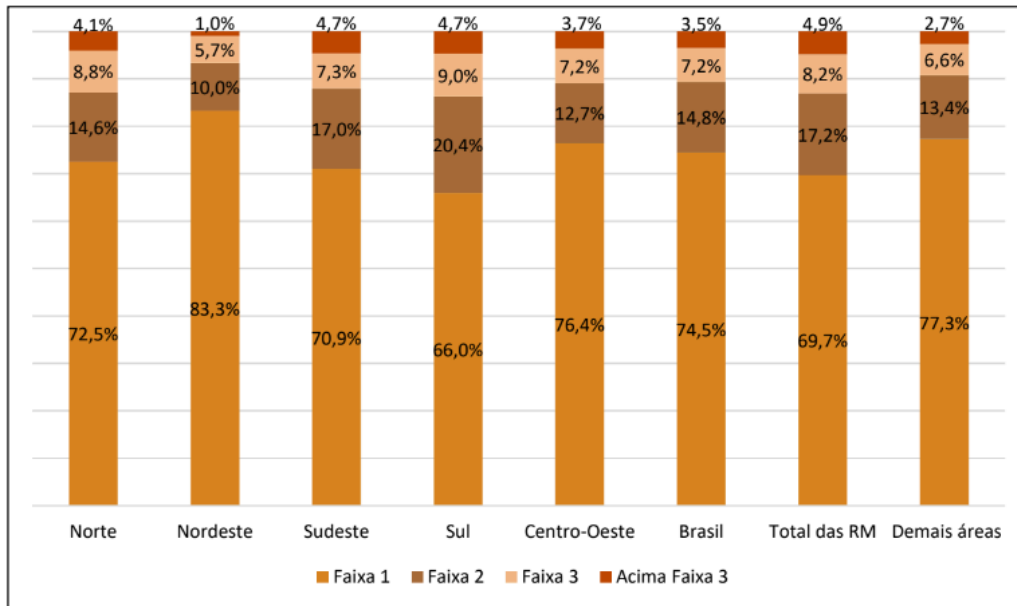
Especificação	Componente	Total			Composição		
		Homem	Mulher	Ignorado	Homem	Mulher	Ignorado
Norte	Precários	125.729	203.019	2.514	38,0%	61,3%	0,8%
	Coabitação	105.566	151.836	0	41,0%	59,0%	0,0%
	Ônus	70.817	113.848	0	38,3%	61,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>302.112</b>	<b>468.702</b>	<b>2.514</b>	<b>39,1%</b>	<b>60,6%</b>	<b>0,3%</b>
Nordeste	Precários	290.864	408.347	4.045	41,4%	58,1%	0,6%
	Coabitação	130.530	235.923	0	35,6%	64,4%	0,0%
	Ônus	231.049	460.272	0	33,4%	66,6%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>652.444</b>	<b>1.104.542</b>	<b>4.045</b>	<b>37,0%</b>	<b>62,7%</b>	<b>0,2%</b>
Sudeste	Precários	100.499	233.454	2.958	29,8%	69,3%	0,9%
	Coabitação	176.548	307.784	0	36,5%	63,5%	0,0%
	Ônus	592.830	1.029.568	0	36,5%	63,5%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>869.878</b>	<b>1.570.806</b>	<b>2.958</b>	<b>35,6%</b>	<b>64,3%</b>	<b>0,1%</b>
Sul	Precários	88.065	104.114	1.185	45,5%	53,8%	0,6%
	Coabitação	49.471	48.311	0	50,6%	49,4%	0,0%
	Ônus	165.292	281.189	0	37,0%	63,0%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>302.827</b>	<b>433.614</b>	<b>1.185</b>	<b>41,1%</b>	<b>58,8%</b>	<b>0,2%</b>
Centro-Oeste	Precários	45.998	70.669	1.193	39,0%	60,0%	1,0%
	Coabitação	34.990	48.919	0	41,7%	58,3%	0,0%
	Ônus	102.172	195.743	0	34,3%	65,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>183.161</b>	<b>315.331</b>	<b>1.193</b>	<b>36,7%</b>	<b>63,1%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Brasil</b>	Precários	651.156	1.019.603	11.895	38,7%	60,6%	0,7%
	Coabitação	497.105	792.773	0	38,5%	61,5%	0,0%
	Ônus	1.162.161	2.080.619	0	35,8%	64,2%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>2.310.423</b>	<b>3.892.995</b>	<b>11.895</b>	<b>37,2%</b>	<b>62,6%</b>	<b>0,2%</b>
<i>Total das RM</i>	Precários	105.959	233.367	2.547	30,9%	68,3%	0,8%
	Coabitação	196.902	334.319	0	37,1%	62,9%	0,0%
	Ônus	488.826	948.180	0	34,0%	66,0%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>791.687</b>	<b>1.515.866</b>	<b>2.547</b>	<b>34,3%</b>	<b>65,6%</b>	<b>0,1%</b>
<i>Demais áreas</i>	Precários	545.197	786.236	9.348	40,7%	58,6%	0,7%
	Coabitação	300.203	458.455	0	39,6%	60,4%	0,0%
	Ônus	673.335	1.132.439	0	37,3%	62,7%	0,0%
	<b>Déficit</b>	<b>1.518.735</b>	<b>2.377.735</b>	<b>9.348</b>	<b>38,9%</b>	<b>60,9%</b>	<b>0,2%</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Fundação João Pinheiro (2024).

Aponta-se ainda, que em 2024, houve um aumento de 13,5% no valor dos aluguéis residenciais, conforme dados do Índice FipeZap (2024). Soma-se a esses dados, a renda familiar, que para análise, a Fundação João Pinheiro (2024), adota o recorte de faixas de renda familiar<sup>2</sup>, proposto pelo Programa Minha Casa Minha Vida, conforme o art. 5º, inciso I, da Lei no 14.620, de 13 de julho de 2023, para famílias residentes em áreas urbanas. O relatório indica que o predomínio do ônus excessivo com o aluguel, é composto pelo grupo que pertence a Faixa 1 (corresponde até 2 salários mínimos), sendo mulher e não-brancos como responsáveis pelo domicílio (FJP, 2024). Assume-se, ainda que esse dado “é crescentemente relevante, em perspectiva temporal, a expansão dos domicílios precários, especialmente dos improvisados, impulsionados, entre outros aspectos, pela expansão da cobertura do Cadastro Único para Programas Sociais” (FJP, 2024, p. 70). O Gráfico 1, a seguir, demonstra a distribuição das faixas de renda do PMCMV, segundo regiões demográficas.

<sup>2</sup> “Em 2023, para as famílias residentes em áreas urbanas, a Faixa 1 correspondia até 2 salários mínimos; a Faixa 2 era acima de 2 salários mínimos até 3,33 salários mínimos; a Faixa 3, acima de 3,33 salários mínimos até 6,06 salários mínimos e a Faixa 4, acima de 6,06 salários mínimos” (FJP, 2024, p. 29).

**Gráfico 1 - Composição relativa, por faixa de renda do MCMV, do déficit habitacional, segundo regiões geográficas - Brasil - 2022**



Fonte: FJP (2024).

A presença das mulheres nesses territórios de luta, nas ocupações urbanas, expressam uma alternativa de legitimar suas lutas por direito à moradia, serviços públicos e segurança. Helene (2019), uma das autoras que estuda gênero e movimentos de moradia, acredita que a participação das mulheres, pode lhes proporcionar além da moradia, uma reconquista do direito de acessar uma urbanização adequada, além de poder participar dos processos decisórios. Logo, as ocupações para as mulheres, assume um caráter que vai além da resistência em si, pois envolve também o empoderamento feminino. Segundo Helene (2019, p. 964), as ocupações tornam-se “um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política”.

Assim, a história das cidades “é marcada pelo silêncio e pela invisibilidade das mulheres como protagonistas” (Cota, 2021, p. 24). Tendo em conta que, em nossa cultura a divisão entre público e privado, lado de dentro e lado de fora do lar, são muito marcados como espaços do homem e espaços da mulher (Calió, 1997). A inserção das mulheres no mercado de trabalho, não ocorreu sem ônus: transitar pelos espaços públicos é um desafio constante, considerando que as ruas pertencem aos carros e não aos pedestres; os salários das mulheres são inferiores, em comparação ao salário dos homens; o aluguel ou aquisição de moradia próxima ao trabalho, geralmente nos centros urbanos, tem alto custo; se tem filhos, a localização das escolas e creches não é privilegiado em relação ao trabalho ou mesmo o horário; elas, ainda, são as responsáveis pela manutenção do lar, sem mencionar que muitas sofrem violência pelo companheiro (Helene, 2019; Andrade; Nunes, 2020; Casimiro, 2021, Veloso, 2017).

Embora a Constituição Federal de 1988 saliente o princípio de igualdade entre homens e mulheres, “tal princípio não dialoga com as políticas setoriais - como a habitacional e a urbana - desenvolvidas pelo país” (Cota, 2021, p. 85). O Estatuto da Cidade, aprovado em 2021 (Lei nº 10.257), importante ferramenta para legitimar políticas urbanas da CF/1988, “não menciona nenhum dispositivo específico em favor da visibilização/valorização das questões reprodutivas e sua relação com a cidade” (Cota, 2021, p. 85). A partir de 2003,

foram implementados diversos projetos com o intuito de alcançar a população baixa renda, como a Nova Política Nacional Habitacional (criada em 2004), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS, criado em 2005) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS, criado em 2005) (Cota, 2021).

Mas foi em 2009, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o intuito de lidar com o déficit habitacional, que houve avanços em relação à articulação entre cidade e perspectiva de gênero: “o art. 35 da Lei nº 11.977/2009 do PMCMV simboliza o acesso à propriedade por parte das mulheres, dando-lhes maior autonomia e empoderamento, já que ele prioriza a titularidade da mulher” (Cota, 2021, p. 90). No entanto, muitas críticas são apontadas tanto em relação ao PMCMV como mais especificamente à titularidade, respectivamente, localização dos empreendimentos é distante de áreas com infraestrutura urbana e o surgimento de inadimplências, “que podem ocorrer quando o núcleo familiar passa a não se enquadrar na linha de subsídio, as mulheres ficam facilmente endividadas” (Cota, 2021, p. 91).

Assim, a participação das mulheres nos movimentos sociais, “disputam, não apenas o direito a viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também lutam pelo valor de uso da moradia e dos espaços relacionados a ela” (Helene, 2019, p. 969). A autora, complementa que essa é uma luta de usufruir a vida, além de desvelar dimensões inerentes à luta pelo direito à cidade (Helene, 2019). Toma-se como exemplo de ocupações lideradas por mulheres: o Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro (2006-2013); a Casa de Mulheres Helenira Preta 2, em São Paulo; Dona Cida, Tiradentes, Primavera e 29 de março, em Curitiba (Melo, 2023). Embora, em algumas das ocupações citadas, também residam homens, “a maioria das ocupantes são mulheres chefes de família, é natural que identifiquem outra mulher como liderança” (Melo, 2023).

Elucida-se, ainda, “movimentos de luta pelo direito à moradia, extremamente articulados, coordenados e formados somente por mulheres” (Velo, 2017, p. 39-40). Como por exemplo: a Frente Revolucionária Mulheres de Luta (FRML); o Movimento das Mulheres do Alemão (MMA); Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo (ASV), e tantos outros. Os movimentos discutem tanto o aspecto habitacional como outros direitos constitucionalmente assegurados, dentre os quais Velo (2017) destaca: Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea (MMMO, criado em Manaus, em 2002), acompanha mulheres vítimas de violência doméstica, “identificou-se que a falta de alternativa habitacional era a principal causa de permanência das mulheres no ambiente agressor, tornando imprescindível a busca pela concretização do direito à moradia” (Velo, 2017, p. 40); Comunidades Jardim Panorâmico (Suzano/SP); Ocupação São João (centro da cidade de São Paulo/SP); Vista Linda (Bertioga/SP); Jardim Pantanal (zona Sul da cidade de São Paulo/SP).

Na Ocupação Dom Helder Câmara, campo de pesquisa, há ainda uma nova realidade na configuração social brasileira, a presença de imigrantes. A maioria são mulheres, advindas da Venezuela, que além dos desafios políticos, econômicos e humanitários, enfrentados em seu país de origem, também são desafiadas por “obstáculos linguísticos até xenofobia, racismo e exploração sexual e de gênero [...] falta de rede de apoio social, dificuldades de acesso aos serviços básicos e desconhecimento de seus direitos” (Cintra, 2024, p. 6). Nesse sentido, a ocupação é mediadora de todos esses desafios, como também promotora de acolhimento para as mulheres. Além de proporcionar o desenvolvimento pessoal e a adaptação ao novo contexto.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa qualifica-se como qualitativa-descritiva, pois “intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência [...] as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças, e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.” (Triviños, 2012, p. 129). Godoy (1995) complementa esse tipo de pesquisa como uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão de características complexas do objeto estudado.

Fazer ciência na pesquisa social, significa gerar aproximação com a realidade humana, algo que transcende a lógica hegemônica do que é ciência. Na pesquisa social, existem problemas como “a pobreza, a miséria, a fome, a violência” (Minayo, 2011, p. 9), e, nesse sentido, somos parte desse cenário, como seres humanos, mas também como agentes. Por outro lado, há de se destacar que o objeto de pesquisa, dentro no campo das ciências sociais “é histórico”, logo “o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem o futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo” (Minayo, 2011, p. 12).

De modo a proporcionar a escuta das mulheres e compreender o que pensam, como se sentem, o que esperam, quais suas sugestões, seus medos e também suas alegrias, a coleta de dados foi realizada, fundamentalmente, por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante. Nesse sentido Minayo (2011, p. 65) complementa que “quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são construídos.”

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade em que a pesquisa se vincula. As entrevistas foram realizadas presencialmente, na Ocupação Dom Helder Câmara, e foram marcadas com antecedência, por meio de contato via *Whatsapp* - aplicativo de mensagem -, entre os meses de novembro/2024 e janeiro/2025, com 6 mulheres em cargos de liderança (coordenadoras de torre, líderes de limpeza de torre, porteiras e líderes da pastoral), dentre elas 4 venezuelanas e 2 brasileiras, com idades entre 18 e 66 anos. O quadro 1 apresenta os nomes fictícios atribuídos às entrevistadas e a idade. Optamos por não discriminar as funções, para preservar a identidade das entrevistadas.

**Quadro 1 - Dados das participantes da Pesquisa**

Nome (fictício)	Idade
Sofia	66 anos
Valentine	35 anos
Joana	51 anos
Amália	59 anos
Leona	18 anos
Jéssica	31 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Todas as entrevistas foram gravadas em gravador de voz do celular e o tempo médio de realização das entrevistas foi de 31m33s. Posteriormente, foi feita a transcrição, a qual apresentou grande desafio, em virtude do idioma das entrevistadas ser espanhol, a pronúncia rápida e a mistura entre português-espanhol.

A análise das entrevistas foi realizada de forma interpretativa, buscando “sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado” (Gomes, 2011, p. 80). Acredita-se que esse método de análise se qualifica para essa pesquisa, também, devido a tentativa de caminhar “tanto na compreensão (atitude hermenêutica) quanto na crítica (atitude dialética) dos dados gerados de uma pesquisa” (Gomes, 2011, p. 106).

Foi realizada, ainda, a revisão de dados secundários como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação João Pinheiro - FJP; e, do Observatório das Metrópoles - Núcleo Regional de Maringá.

## TERRITORIALIDADES E A REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Abandonado há nove anos, o espaço onde hoje é a Ocupação Urbana Dom Helder Câmara, propiciava a criminalidade na região, ao mesmo tempo que não cumpria com a função social da propriedade. A Ocupação está localizada na cidade de Paiçandu/PR, no bairro Itaipu, classificado como bairro esquecido, devido a alta vulnerabilidade social (IVS), com destaque para a renda média per capita em torno de R\$ 458,93 a R\$ 729,33 reais. Em comparação, no município de Maringá, a cidade polo da Região Metropolitana, apresenta uma renda média domiciliar per capita de R\$1.187,53 e Paiçandu atinge apenas R\$599,32, aproximadamente 50% (IBGE, 2010). Sendo assim, aos 05 de janeiro de 2023, aconteceu a ocupação do conjunto residencial, formado por 6 torres e um total de 240 apartamentos, sendo que 10 unidades ficam reservadas para eventuais emergências, como despejos que acontecem na região, em sua maioria de estrangeiros desempregados.

No início de 2024, o Observatório das Metrópoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024), realizou o Censo da Ocupação, no qual foram obtidas respostas de 210 famílias, dentre as 230 famílias residentes, e a projeção é que a Ocupação possui em torno de 1.390 moradores, com faixa etária concentrada entre 35 e 44 anos (26,7%) e 25 e 34 anos (23,8%), e, a maioria dos residentes são mulheres, equivalente a 67%. E, sob a perspectiva de uma das mulheres líderes entrevistada, o local estava em essência inabitável,

Os prédios estavam muito feios, estavam abandonados, havia animais mortos, havia muito lixo, demasiado, fedia muito, pero eu entrei. [...] desde o primeiro dia, [...] E nós continuamos, não havia eletricidade e alumbrávamos, iluminávamos, com la telefone e alguma pessoa que trazia lâmpada. Pela noite e já todo mundo estava dentro, não havia segurança, não havia nada, somente nós, somente nós lutando, colocando janelas, colocando porta, limpando, sacando o lixo [...] (Sofia)

O relato de Sofia, remete-nos ao direito à cidade em sua forma ativa, a possibilidade de transformar, moldar, construir e recriar um espaço, a partir de seu valor de uso (Harvey, 2014). Se preciso for, cabe até “destruir” (Santos Júnior, 2021, p. 19) formas que expressem outros valores, de modo que este espaço venha a atender as mais profundas necessidades de seus moradores. O que se observa, então, é a efetivação de uma produção social, pautada na coletividade, “a produção excedente do comum, aquela que escapa às apropriações do capital, que seria capaz de engendrar a resistência” (Tonucci Filho; Cruz, 2019, p. 490). As figuras 2 e 3 demonstram o exposto por Sofia.

**Figura 2 - Início da Ocupação**

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

**Figura 3 - Chegada das famílias**

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Ressalta-se, desta forma, que a apropriação do espaço pelas famílias, fez com que o espaço adquirisse valor de uso, por meio da moradia. Uma vez que, para que o espaço estivesse apto à moradia, os moradores precisavam torná-lo habitável, o que englobava além da limpeza, aspectos relativos à segurança, acesso a saneamento básico, energia, e consequentemente, observar se nas proximidades dispunha de acesso à saúde e, a posteriori, educação (Alfonsin, 2021). Costa Junior, Chagas e Oliveira (2022, p. 180) pontuam que “a territorialização é o processo de transformação do espaço em território, que ocorre a partir de práticas cotidianas”, neste caso, a possibilidade de moldar o espaço conforme as necessidades coletivas.

A chegada das famílias se deu de forma organizada, por meio da realização de cadastro dos membros que iriam residir no apartamento, como também assinatura de um termo de compromisso. Por sua vez, a organização do território acontece com base em regras (como um condomínio), na prática do mutirão (que ocorre aos sábados e, evoca a autonomia do território e da população como produtora e gestora do seu habitat), e no pagamento da taxa de R\$ 180,00 (utilizada para manutenção das torres, das áreas comuns e da segurança). Essa tríade, tem se mostrado uma estratégia efetiva, considerando que reforça o envolvimento dos moradores, e consequentemente a permanência. A gestão é feita pelos coordenadores de torres e a secretaria, mas as decisões são tomadas de forma coletiva por meio de reuniões e assembleias.

Inicialmente, a ocupação foi liderada e organizada pela Frente Nacional de Lutas<sup>3</sup>, que muito contribuiu com a luta por moradia e promoção da dignidade habitacional. No entanto, houveram divergências políticas, durante o ano eleitoral de 2024, ao passo que os moradores optaram por romper com a supracitada e seguirem de forma independente e autogestão. Devido a esta decisão, a ocupação sofreu represálias, ameaças e ataques, mas os moradores conseguiram apoio de outros movimentos que lutam por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Por meio da autogestão, os moradores desenvolveram nova identidade visual (figura 4), valoriza e evoca a existência das três nacionalidades presentes na ocupação: Brasil, Venezuela e Haiti; nas cores azul, amarelo, preto e branco e se tornaram mais livres para

---

<sup>3</sup> A FNL foi fundada nos dias 29 a 31 de janeiro de 2014, na cidade de Assis, em São Paulo, não se definindo, entretanto, como movimento, “mas como uma Frente formada por outras forças e movimentos sociais do campo e da cidade, todos atuando na luta pelas transformações sociais e na defesa dos direitos da classe trabalhadora” (FNL, 2020, p.4)

tomar decisões, o que permitiu que houvesse mais união entre os moradores. Houve ainda a mudança de “Acampamento” para “Condomínio”.

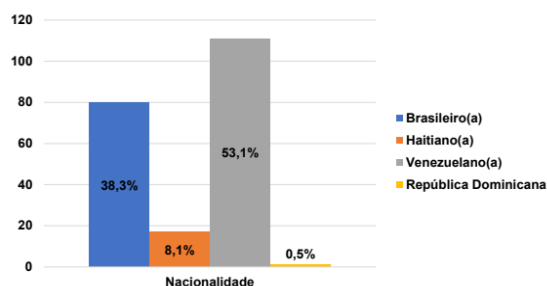
#### Figura 4 - Nova identidade visual da Ocupação Dom Helder Câmara



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

A questão da imigração é muito forte na Ocupação Dom Helder Câmara e é um reflexo de uma nova realidade na configuração social brasileira. O Censo realizado pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Regional de Maringá (2024), revelou que a maioria dos residentes são de nacionalidade venezuelana (53,1%), seguida de brasileiros (38,3%), haitianos (17%) e dominicanos (0,5%), conforme exposto no Gráfico 2:

#### Gráfico 2 - Nacionalidade do entrevistado



Fonte: Observatório das Metrópoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2024).

Todos os processos apresentados configuram de forma multidimensional, as artes de fazer o cotidiano (Costa Júnior; Chagas; Oliveira, 2022), manifestando apropriação e dominação sobre o espaço. Resultando em um território que vai sendo construído de forma coletiva pelos próprios indivíduos que o compõem (Saquet, 2009). Concomitante a territorialização, o modo como é feito, organizado e concretizado cada aspecto de reapropriação desse espaço (possibilidade de retomar e transformar um área abandonada de modo a valorizar o valor de uso e formas alternativas de viver), evidencia a expressão humana sobre o mesmo, assim como suas vivências e dinâmicas que definem como o espaço é utilizado.

Ademais, dentre essas práticas cotidianas, destaca-se que as mulheres são importantes “sustentáculos das ocupações” (Maestro, 2017, p. 53), pois são elas quem efetivam o cotidiano, por meio de diferentes ações que vão desde a configuração física do espaço à sua presença nos espaços de tomada de decisões, configurando seu “apoderamento enquanto sujeito ativo no processo social” (Helene, 2019, p. 966). A Ocupação Dom Helder Câmara, tem se tornado um espaço no qual as mulheres enfrentam o estereótipo de gênero, ao tornarem-se líderes, ocupando a coordenação de torres, portaria, limpeza, inclusive, a secretaria. A seguir serão apresentadas as principais práticas de territorialização das mulheres líderes que corroboram para a construção de uma identidade coletiva.

## LIDERANÇA FEMININA E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA

Comprometimento, amor pela luta, disposição e senso de responsabilidade, são características valorizadas na Ocupação Dom Helder Câmara, pois envolve a participação ativa em prol da promoção de mudanças positivas para a comunidade. Dessa forma, devido às mulheres serem maioria, a presença delas na liderança simboliza aspectos de representatividade e identificação (Melo, 2023), que corroboram para a autonomia das moradoras, com base na ação das líderes. Nesse sentido, pontua-se que as mulheres líderes entrevistadas ocupam os cargos de forma voluntária e 4 delas foram escolhidas por meio de votação, considerando-se principalmente seu envolvimento com a luta. Valentine, uma das entrevistadas, entretanto, simplesmente assumiu a liderança da torre, a partir de sua percepção da necessidade iminente.

Entre as líderes, percebe-se certa horizontalidade, pois embora ocupem diferentes funções, elas se identificam com a função por se sentirem parte da luta, e não pela função em si. Não há superioridade por fazer parte da coordenação de torre, e inferioridade por ser da portaria, ou vice-versa. Como menciona Leona, “*cada uma tem uma coisa, cada uma tem um dom. Cada uma.*” E a partir de sua função, exercem da melhor maneira possível, em prol da coletividade. Sublinha-se que a liderança feminina na ocupação Dom Helder Câmara é feita por mulheres brasileiras e venezuelanas, o que corrobora para a promoção da visibilização de suas lutas, mas acima de tudo, simboliza o protagonismo em suas próprias histórias, sujeitas de direito e ativas no processo social.

A Ocupação Dom Helder Câmara, não é exclusivamente feminina, portanto dentre as 6 torres, 3 são coordenadas por mulheres e 3 por homens, desse modo, conforme relato das entrevistadas, as semelhanças centralizam-se nas responsabilidades, pois tanto líderes mulheres como homens, precisam coordenar o coletivo e partilham demandas em comum. Grande marca é o respeito mútuo, resultado da compreensão que cada um tem sobre a importância da luta e o papel de cada um nesse processo. Já as diferenças, ancoram-se no conhecimento sobre determinadas funções, fato que dialoga com a abordagem de divisão sexual do trabalho, a qual compreende ‘trabalho de homem e trabalho de mulher’ que funciona como barreira invisível que não permite, muitas vezes, que a mulher desenvolva conhecimentos técnicos sobre determinadas funções, como é o caso da construção civil, em que muitas vezes, elas precisam da orientação dos homens. Outra diferença, é o modo de tratamento, pois geralmente, os homens são mais ríspidos na linguagem, o que exige das mulheres dinamismo para lidar com cada um. Ademais a figura 5, a seguir, evidencia que em dias de mutirão, a presença feminina é marcante.

**Figura 5 - Mulheres trabalhando no mutirão**



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Nota-se, então, uma mudança cultural, demonstrando que força e coragem não estão limitados a um gênero específico. Por conseguinte, essa postura de uma liderança participativa, que se envolve na luta, no que tangencia as práticas cotidianas, inspira outras mulheres na luta por moradia, assim como promove o fortalecimento da presença feminina nos espaços de atuação e decisão na Ocupação. Sobre isso, Valentine compartilha

Então, eu acho que sim, inspira, para ela fazer as coisa melhor, porque também um segredo da liderança é fazer, não é só mandar, porque se você fala é “faz tal coisa” aí você fica sentado, não dá o exemplo. Agora “não, vamos fazer!” aí quando elas veem você com uma enxada na mão ou pegando um balde com terra aí ela “nós vamos fazer com [Valentine]!” Ela faz... (Valentine)

Mais do que a participação no mutirão, essas mulheres expõem seus corpos ao risco e as incertezas da luta, em virtude da esperança em dias melhores. Infere-se, ainda, o existir através da luta, a coragem, o arriscar e dispor seu corpo (Heck; Isoppo, 2019), são ações muito expressas pelas entrevistadas, pois compreendem esse aspecto de resistência e enfrentamento no qual a luta que antes era de um pessoa, uma família, passa a ser de um grupo, um coletivo. Essa luta, sobretudo, é o principal aspecto da territorialização das mulheres, pois as impulsiona a participarem ativamente do processo de apropriação, promovendo assim sua visibilização enquanto agentes de transformação e protagonistas de suas histórias.

Outro importante aspecto, diz respeito ao caráter social de “deixar marcas”, exposto por Saraiva, Carrieri e Soares (2018, p. 104), por meio do “fazer-se perceber como presente naquele território”. Sendo assim, ressalta-se que as ações cotidianas das mulheres líderes, proporcionam a manutenção da vida, por meio da transformação do espaço, promoção do acolhimento, participação na gestão e tomada de decisões. Pois, elas “ajudam a organizar e mover, para que elas, seus filhos e sua comunidade possam ter melhores condições de vida.” (Maestro, 2017, p. 49). Fato que se observa, por exemplo, no primeiro espaço elaborado no interior da Ocupação, o Espaço Vivência Infantil, equipado com brinquedos e livros para as crianças. Sua estrutura de vidro, localizada no interior e quase no centro da Ocupação, chama a atenção para o cuidado, pois as mães dos apartamentos da frente podem acompanhar seus filhos, assim como as pessoas que transitam pelo espaço da ocupação, podem ver o interior da sala. Esse espaço evidencia as necessidades das mulheres como um imperativo naquele território.

Para as mulheres, o território transcende aspectos físicos e apresenta-se também como simbólico (Haesbaert, 2004). Logo, não é apenas o apropriar-se em si, mas oferecer estruturas e condições de vida para a mulher e sua prole, significa dizer que as lutas se organizam territorialmente para além dos espaços de produção, e sim, “nos espaços onde aquelas e aqueles que precisam dessa transformação radical reproduzem suas vidas” (Maestro, 2017, p. 71). Nesse sentido as mulheres líderes, mencionaram espaços na ocupação que foram construídos, a partir da sugestão e ação das mulheres, como a cozinha coletiva, a sala de leitura, a biblioteca, os jardins (figura 6), a decoração dos prédios, a sala de psicologia, as atividades direcionadas para as crianças, como: aula de reforço, aula de música e aula de luta, o campo de futebol. Essas manifestações de apropriação do espaço, “demonstram publicamente” a existência feminina, sinalizam para uma consciência política (Calió, 1997, p. 7), e uma consciência sobre o seu espaço de vida.

**Figura 6 - Dois jardins entre torres**

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Outro traço importante dessa demonstração pública da existência feminina no território, é o fato de todas as torres possuírem nomes de pessoas que influenciaram ou estiveram engajadas em lutas sociais em prol da promoção da dignidade humana. Dentre as 6 torres, 3 possuem nomes de mulheres líderes, quais sejam Dra. Zilda Arns Neumann, Marielle Franco e Maria da Glória Poltronieri (Magó) (figura 7). Essa ação demonstra o senso de igualdade de gênero, no qual todos são iguais naquele território. Todos têm a capacidade de se envolverem na luta por seus direitos. Há de se pontuar o impacto positivo dos nomes das torres sobre as mulheres, pois gera identificação, ao reconhecerem as pessoas como inspiradoras e ao mesmo tempo, desenvolverem a noção de quem são naquele território (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014), às entrevistadas afirmaram ter orgulho de dizer “coordeno a torre Magó” ou “moro na torre Marielle Franco.”

**Figura 7 - Torres Residenciais Dra. Zilda Arns Neumann e Marielle Franco**

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Embora territorialização e territorialidade sejam processos que não dependem um do outro para acontecer, na Ocupação, um reforça o outro, pois corroboram para a socialização dos membros. Dessa forma, os eventos são ações relevantes como aspecto simbólico e refletem elos culturais, que fortalecem o território e enaltecem a luta, ao serem organizados em conformidade com os valores da comunidade, pelas mãos e ideias da própria comunidade. Destaca-se, então, o dia das criança, Natal, encontro de mulheres organizado pelo Cáritas<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> “A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Hélder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 198 entidades-membros, 13 regionais e 4 articulações” (Cáritas, 2025). “Desde a sua fundação, a Cáritas

aniversário da Ocupação, citados pelas entrevistadas, como eventos que refletem o pertencimento social, a inclusão e a integração entre os membros da Ocupação (Gohn, 2011).

Tudo que a gente precisa pra algum evento, que nem te comentei do aniversário, da ocupação, que nem dia das crianças, tudo. A primeira coisa que a gente pensa, “ai, as mulheres!”, “ai, a gente precisa de mulheres.” A gente precisa de alguém pra cozinhar, a gente precisa de alguém pra organizar.” A mulher tem mais ideia, tudo. (Leona)

A construção da consciência coletiva, de uma identidade coletiva, é feita no cotidiano, por meio do envolvimento e participação na luta, nas dores da comunidade para estruturação de um território pautado no bem comum. Em todos os aspectos mencionados anteriormente, observa-se que são as mulheres que efetivam o território, pois elas são fundamentais na organização das práticas do cotidiano, pois as práticas de reprodução permitem as práticas de produção. É vital para as mulheres se sentirem parte, reconhecidas e acolhidas, em suas lutas, o que influencia diretamente sua permanência.

Por fim, a análise dos dados revelou uma complexa interseção entre território, territorialidade, identidade e lutas das mulheres líderes na ocupação. O território, enquanto espaço físico, é constantemente redefinido pelas práticas de territorialização e efetivado pelas territorialidades, que refletem as relações de poder e as dinâmicas sociais presentes na ocupação. A identidade dessas mulheres líderes é fortemente influenciada pelo seu cotidiano pautada na luta pela transformação do território, por meio do mutirão, o que as impulsiona a reivindicar um espaço próprio dentro da comunidade. Ademais, as lutas destas líderes são marcadas por uma resistência ativa contra as estruturas de opressão, buscando não apenas a garantia de direitos básicos, mas também a construção de uma identidade coletiva que valorize a participação feminina no processo de territorialização. Essa dinâmica evidencia que a territorialização não é apenas um processo físico, mas também simbólico, onde as mulheres desempenham um papel crucial na redefinição do espaço e na construção de uma nova ordem social mais inclusiva, democrática e participativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visibilização de suas demandas. Sujeitas de suas histórias. Participação social. São três aspectos negados às mulheres e demonstrados nos dados do déficit habitacional, por meio dos componentes de análise de inadequação habitacional, com destaque para o ônus excessivo com o aluguel urbano. Os dados revelam uma perspectiva hegemônica que valoriza a produção em detrimento da reprodução, sem considerá-la como aspecto que sustenta todas as áreas da vida. A luta por moradia, evidencia a existência de uma vida percebida no dia a dia, através das demandas invisibilizadas das mulheres na cidade, assim como em diferentes espaços públicos ou privados, quando não se considera o direito das mulheres e meninas como essencial em todas as esferas do cotidiano.

Dessa forma, o comum surge nas vias alternativas de elaborar a vida, como uma possibilidade que transcende aspectos físicos e simbólicos, de forma cooperativa, solidária e autônoma, ressignificando os espaços e moldando-os de forma a privilegiar as necessidades das mulheres. É o que se observa na luta dos movimentos sociais por moradia, os quais para as mulheres lhes proporcionam a reconquista do direito de acessar uma urbanização adequada, participação nos processos decisórios e assume um caráter que vai além da resistência em si, ao envolver o empoderamento feminino (Helene, 2019).

---

tem a prática de ouvir respeitosamente o sofrimento dos empobrecidos e dos que estão em situação de vulnerabilidade e favorecer ferramentas para transformar suas vidas.” (Cáritas, 2025)

O que corrobora para afirmar que as mulheres são importantes pilares no fazer cotidiano das ocupações urbanas. Para tanto, o objetivo desse artigo foi compreender como a liderança feminina na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paiçandu/PR, contribui para a formação de um território coletivo. Tendo em vista, que desde o início da Ocupação elas participam ativamente do processo de efetivação de uma produção social, desde pegando em enxadas e limpando o espaço, como também assumindo cargos de liderança, como coordenação de torre, portaria e limpeza. Não há superioridade entre elas, apenas o reconhecimento de que cada uma possui um *dom* e a capacidade de contribuir para a coletividade.

O mutirão se apresenta como uma das principais estratégias do repertório de ação da Ocupação, pois evoca a autonomia do território e dos moradores como produtores e gestores. A participação feminina nos mutirões denota o existir através da luta, pois é nesse momento de apropriação que suas demandas são visibilizadas. A Ocupação Dom Helder Câmara, evidencia nessas práticas cotidianas de apropriação e modificação do espaço, estruturas que dão sentido e demonstram publicamente a presença feminina, como o Espaço Vivência Infantil, a cozinha coletiva, a sala de leitura, a biblioteca, os jardins (figura 4), a decoração dos prédios, a sala de psicologia, as atividades direcionadas para as crianças, como: aula de reforço, aula de música e aula de luta, o campo de futebol; todas ideias e iniciativas advindas de mulheres.

Esse constante processo de territorialização é sustentado e enriquecido por territorialidades, elaboradas nos significados e no valor que as pessoas atribuem a esses espaços. Na Ocupação Dom Helder Câmara, esse fato se manifesta, nos eventos e na própria miscigenação cultural entre brasileiros, venezuelanos, haitianos e dominicanos que residem naquele território, construindo uma consciência coletiva, uma identidade coletiva, que é gerada no cotidiano, através do envolvimento com luta, na participação das dores da comunidade, para a estruturação de um território pautado no bem comum. Tudo isso só seria possível por meio de uma liderança feminina, que coordena, organiza, dá ideias, participa, fiscaliza, faz rondas de segurança... um percurso que reflete claramente o dia a dia, que são elas que efetivam o território, em suas rotinas duplas e triplas. Tal comprometimento com a luta, a partir da tomada de consciência política contribui para um território coletivo e emancipatório.

Esse artigo contribui teórica e empiricamente nas discussões sobre as desigualdades do grande território da cidade, evidenciar, a partir dos Estudos Organizacionais, a dinâmica urbana ignorada: a contribuição de mulheres marginalizadas pelas políticas públicas e que por meio de suas lutas e cargos de liderança em movimentos sociais, tornam legítimas suas necessidades. Também contribui ao expor os territórios de resistência, onde os grupos oprimidos elaboram suas vidas, a partir de valores e princípios sociais de coletividade, solidariedade e autonomia, assim como desenvolvem contra(poderes), onde a comunidade organizada vivencia, produz e efetiva seu direito à moradia.

Com relação às limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade em entrevistar outras mulheres líderes, devido a sua demanda no cargo, embora eu tenha me disposto a ajudar, acredito que também não se sentiram à vontade para compartilhar suas experiências, assim como compartilhar informações sobre a Ocupação. Logo, propõe-se pesquisas qualitativas de cunho empírico, em ocupações urbanas, com mulheres, pautadas no método qualitativo interativo, que se apoia na elaboração de uma estrutura sistêmica, capaz de explicar fenômenos socialmente construídos, junto às moradoras de modo a ouvi-las e junto delas elaborar interpretações do fenômeno e suas relações.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Jacques Távora. Os direitos à moradia e à cidade como direitos conquistados na rua. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valéria; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021, p.196-205.

ANDRADE, Jéssica Gabriele Barbosa de; NUNES, Sandra Marília Maia. Como o planejamento urbano tem falhado em assegurar o direito das mulheres à cidade. **Hum@nae: questões controversas do mundo contemporâneo**, Recife, v. 14, n. 01, p. 01-19, 2020.

ARAGÃO, Themis Amorim; SORAGGI, Ana Carolina Maria; CORRÊA, Filipe Souza. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 52. pp.1165-1192, set./dez. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cm/a/RLrt8KmRrVWtgQ5BwjPxqgx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a questão do Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: VI ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 1997. **Resúmenes**. Observatório Geográfico, 1997. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CÁRITAS. História. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://caritas.org.br/historia>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CÁRITAS. Missão. [WEB] S/D. Disponível em: <<https://caritas.org.br/missao>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes. In: JURUENA, Cynthia Gruending; VIANA, Ana Cristina Aguilar; PEDROSO, Priscila. Stela; MARTINS, Tamira Almeida. (coords.). **Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres**. vol. 1. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021, v. 1, p. 27-34.

CINTRA, Andrea de Mello. Migração feminina venezuelana no Brasil e a Teoria da Reprodução Social. In: 10ª Encontro Internacional de Política Social e 17º Encontro Nacional de Política Nacional, 2024, Vitória/ES. **Anais [...]**. Vitória, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45664>>. Acesso em: 20 out. 2024.

COTA, Daniela Abritta. **Mulheres e direito à cidade**. Um estudo de políticas públicas em São João Del Rei, Belo Horizonte e Barcelona. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021. 212 p.

COSTA JUNIOR, Valdir; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Organização-cidade e território: a territorialidade das pessoas em situação de rua a partir de suas práticas cotidianas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 21, n. 1, p. 175-200, jan. 2022.

FNL. FRENTE NACIONAL DE LUTA CAMPO E CIDADE. **Princípios Organizativos e Formação Política**. Cartilha. Brasília, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 169p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024. 72 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v.16, n.47, maio/ago. 2011, p. 331–361. Disponível em <[scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUARNIERI, Fernanda; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; VIEIRA, Francisco Giovanni David. Territorialização do cotidiano a partir de intervenções governamentais: o caso das academias da terceira idade (ATIS). **Revista Alcance**, v. 25, n. 01, p. 1-20, jan./ abr. 2018.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HECK, Marcelo Arioli; ISOPPO, Rodrigo Schames. Ocupações Urbanas: memória e ações coletivas. **Entropia**, [S. l.], v. 3, n. 6, jul/dez, 2019, p. 114–130. Disponível em: <<https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/397>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrop.** São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Brasília: Ipea, 2024. 18 p.

MAESTRO, Irene. O papel histórico das mulheres nas lutas territoriais. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares (Orgs.). **Direito à cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. p. 47-55.

MELO, Raissa. Mulheres coordenam a maioria das ocupações por moradia em Curitiba. **Agência de Notícias das Favelas (ANF)**, 21 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/mulheres-coordenam-maioria-das-ocupacoes-de-moradia-em-curitiba/>> Acesso em: 22 de mar. de 2024.

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de Maringá. **Relatório de Diagnóstico 2022 - Maringá/PR**. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Região Metropolitana de Maringá. **Relatório da Pesquisa Explorando as Dinâmicas Socioeconômicas: Censo da Ocupação Dom Helder Câmara**. Maringá, 2024. Disponível em: <<https://cch.uem.br/omm/publicacoesom>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **ONU-Habitat Brasil reúne desafios e conquistas de 2020 em relatório anual**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/ptbr/137253-onu-habitat-brasil-reunedesafios-e-conquistas-de-2020-em-relatorio-anual>>. Acesso em 20 jul. 2024.

PAULO, Carla Fernanda de Oliveira; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; ANDRIAN, Nathally Heloíse. Práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração - RPCA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul.-set. 2020, p. 31-46. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pca/article/view/42683>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PICHETH, Sara Fernandes; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 788-801, out./dez. 2018. Disponível em: <[scielo.br/j/cebape/a/TGbQfSCNfFjQJBFksHvNyTn/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/cebape/a/TGbQfSCNfFjQJBFksHvNyTn/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Evanize. Produção Social da Moradia: desafio para a política de habitação no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNUR; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021, p. 133-140.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Movimentos sociais e o direito à cidade: particularismos e universais. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNUR; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021, p. 258-268.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.; PINHEIRO, Valério; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021, p.12-21.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo-SP, v. 15, n. 2, p. 97-126, mar./abr., 2014. Disponível em <[scielo.br/j/ram/a/7KJQZZHRVkf9Jdp5ZsswrFj/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/ram/a/7KJQZZHRVkf9Jdp5ZsswrFj/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. A cidade, seus centros e suas margens: uma introdução. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva. (Org.) **Cidade, centros e margens**. [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024. 153 p. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/ebook/b05-cidade-centros-margens>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004, 136p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, n. 2, nov, 2012, p. 399-426.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Minas Gerais, UFMG, 2017. 244 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>>. Acesso em: 26 jul. 2024;

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum. **Revista Brasileira de estudos urbanos reg.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 487-504, set-dez., 2019. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5929>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, Luiza Lins. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA, Jéssica Tavares. (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017. p. 36-40.